



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-CED  
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO  
CURSO DE PEDAGOGIA – 2013.1**

**DIVANIR DE FÁTIMA VENTURA DOS SANTOS**

**O QUE DIZEM OS PESQUISADORES SOBRE AS POLÍTICAS DE  
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: BALANÇO DO GT 15 DA  
ANPED (2007 – 2012)**

FLORIANÓPOLIS 2013

**DIVANIR DE FÁTIMA VENTURA DOS SANTOS**

**O QUE DIZEM OS PESQUISADORES SOBRE AS POLÍTICAS DE  
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: BALANÇO DO GT 15 DA  
ANPED (2007 – 2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado para a obtenção do grau de  
Licenciatura em Pedagogia-Universidade  
Federal de Santa Catarina-Centro de  
Ciências da Educação-Curso de Pedagogia

Orientadora: Professora Doutora Rosalba  
Maria Garcia

FLORIANÓPOLIS 2013

## **Resumo**

O presente trabalho constitui uma análise dos resumos dos trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd no GT de Educação Especial dos anos de 2007 a 2012, procurando focalizar a incidência do assunto política nesses escritos. Na primeira parte fala-se um pouco sobre a educação especial e as políticas de Educação Especial no Brasil. Em seguida descreve-se o nome dos pesquisadores/produtores de tais conhecimentos, assim como sua localidade, instituição e grupo de estudo ao qual pertence. Posteriormente expõe-se os principais assuntos abordados nos trabalhos analisados, com o destaque do tema “inclusão”. Nas considerações finais faz-se um apanhado dos principais assuntos observados, problemas e ações possíveis rumo ao avanço nas produções de conhecimento para a Educação.

**Palavras-chave:** Educação Especial, política educacional; produção de conhecimento.

## **ABSTRACT**

The present work is an analysis of the abstracts of papers presented at the National Association for Research and Graduate Education - ANPEd GT Special Education in the years 2007 to 2012, seeking to focus the impact of these policy issue escritos. Na first part talks a little about special education and special education policies in Brasil. Em then describes the name of the researchers / producers of such knowledge, as well as its location, institution and study group to which it belongs. Later exposes himself the main issues addressed in the studies analyzed, with the emphasis on "inclusion." in the final considerations it is an overview of the main issues observed, problems and possible actions towards the advancement of knowledge in production for Education.

**Keywords:** special education, educational policy; knowledge production.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>2. SOBRE OS AUTORES DOS TRABALHOS ANALISADOS</b>	<b>15</b>
<b>2.1. SOBRE OS GRUPOS DE PESQUISA</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>21</b>
<b>2.1.3.GRUPO DE ESTUDOS DE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO (UFSC)</b>	<b>22</b>
<b>2.1.4 GIPES- GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE SURDOS</b>	<b>22</b>
<b>2.1.5. NEPIE-NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR</b>	<b>23</b>
<b>2.1.6.GEPI - GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM INCLUSÃO</b>	<b>24</b>
<b>2.1.7.GPPL-GRUPO DE PESQUISA PENSAMENTO E LINGUAGEM, POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE</b>	<b>25</b>
<b>2.1.8.FORPRODOC-FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DOCÊNCIA</b>	<b>26</b>
<b>3. QUAL O FOCO DAS PESQUISAS?</b>	<b>27</b>
<b>3.1. EIXOS</b>	<b>27</b>
<b>3.2.A PRESENÇA MARCANTE DO TERMO “INCLUSÃO”</b>	<b>34</b>
<b>4. COMO AS PESQUISAS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL FORAM REALIZADAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>35</b>

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**36**

**6. REFERÊNCIAS**

**38**

## **1. Introdução**

Esse estudo tem como objetivo analisar a produção de conhecimento sobre política de educação especial no Brasil. Mas o que é Educação Especial? Quais são as políticas vigentes para essa modalidade educacional?

### **Educação Especial**

É um ramo da Educação que atende as pessoas com deficiências. Essa pode ser oferecida através de instituições especializadas tais como: escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas especializadas para atender deficientes mentais. Há países em que a Educação Especial é feita de forma separada do Ensino Regular, não se tendo assim o risco de confundir necessidades educacionais especiais com deficiência. Não é o caso do Brasil que possui uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que inclui todos os alunos, independente da presença ou não de deficiência.

### **A política de Educação Especial no Brasil**

Em 1994 a Educação Especial era orientada pelo documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994) o qual possuía fundamento na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

A Educação Especial, em meados dos anos 1990 organizava-se através das leis pelo princípio da integração. Já em 1994, com a promulgação da Declaração de Salamanca, segundo muitos intelectuais da área, esse princípio foi substituído pelo fundamento inclusivista.

Ainda na década de 1990 tivemos a promulgação da LDBEN n. 9394/96, a qual estipula o atendimento a alunos deficientes como dever do Estado, sendo sua educação pública, gratuita e preferencialmente na rede regular de ensino. Nesta lei a Educação Especial esta definida como modalidade de ensino destinada aos educandos com necessidades especiais.

No início dos anos 2000 o Conselho Nacional de Educação-CNE promulgou a resolução que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Tal documento, com caráter de lei, passa a regulamentar os artigos presentes na LDB 9.394/96, que já instituía a Educação Especial como modalidade educacional, o Atendimento Especializado aos alunos com necessidades

especiais na rede pública iniciando desde a educação infantil, ou na faixa etária entre zero e seis anos.

A Resolução CNE/CEB 2/2001 (BRASIL, 2001) substituiu em seus escritos a expressão “preferencialmente” que havia na LDB 9.394/96 pela noção de que os alunos poderiam “extraordinariamente” serem atendidos em classes ou escolas especiais. Essa resolução utilizava-se como definição do público alvo das políticas de Educação Especial “alunos com necessidades especiais”.

Ao longo dos anos 2000 eventos internacionais influenciaram a Educação Especial no Brasil, tais como a Convenção de Guatemala (2001) e a Convenção de Nova Iorque (2006), que contribuíram para intensificar as discussões acerca da perspectiva inclusiva para a educação.

O documento orientador Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva veio com mudanças acerca da população a ser atendida pela Educação Especial embora mantendo a terminologia “alunos com necessidades especiais”, aqui delimitava para: aqueles que apresentem deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2008). Cumpre aqui lembrar que essa nomenclatura é a mesma utilizada no documento Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) quando a política se apoiava no princípio de integração.

Conceito de Educação Especial divulgado em 2001:

[...] Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

Refere-se aqui a variedade de funções da modalidade Educação Especial. Poder-se-ia pensar na possibilidade de um professor especializado atuando juntamente com o professor da turma de ensino regular. Por outro lado a definição acima destaca o caráter substitutivo da modalidade.

Conceito de Educação Especial divulgado em 2008:



A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realizam o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Nota-se aqui o abandono do caráter pedagógico da modalidade na retirada das palavras “apoiar” e “substituir”, centrando-se apenas na disponibilidade de serviços e recursos numa idéia de complementar e suprimir a escola comum, tanto que a Resolução CNE/CEB 4/2009, que institui as Diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, prioritariamente na Sala de Recursos Multifuncionais, reafirmou a Educação Especial como modalidade educacional e também enfatizou o Atendimento Educacional Especializado.

A Educação Especial no Brasil historicamente se deu menos em instituições públicas e mais em instituições privadas. Estas desenvolveram seu trabalho em regime de convênios com secretárias de educação nos estados e municípios. Tanto que a reforma do Estado brasileiro na década de 1990 favoreceu a relação público/privado na execução do atendimento educacional. As instituições privado-assistenciais assumiram o atendimento de Educação Especial, recebendo financiamentos públicos, que podem servir para a estrutura física, o transporte escolar e mesmo para a sustentação do quadro de professores, muitos deles cedidos pelas secretarias estaduais e/ou municipais.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a Política Nacional de Educação Especial teve significativos avanços com a implementação de três programas de governo, dois voltados para a Educação Básica e um para a Educação Superior:

- 1) Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: onde foi instituída a implantação das salas de recursos nas escolas de educação básica da rede pública.
- 2) Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade; municípios pólos exercendo o papel de multiplicadores, inspirados no material da Unesco Formação de Professores: as necessidades especiais na sala de aula.
- 3) Programa Incluir: Visa à proposição de ações que possibilitem o acesso das pessoas com necessidades especiais às instituições federais de Ensino Superior, a fim de

eliminar barreiras arquitetônicas, comportamentais, pedagógicas e de comunicação desses sujeitos junto às universidades.

Assim, historicamente foram se dando avanços nas demandas e leis que regem a Educação Especial. Ao longo dessa trajetória vê-se a idéia de inclusão do alunado dessa modalidade ao Ensino Regular se destacar claramente nos escritos anteriores deixando a marca de um país que tem nítida a presença de uma educação inclusiva.

### **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em educação**

No presente trabalho buscou-se conhecer as produções, os autores, o foco, os processos pelos quais foram realizadas as pesquisas que resultaram nos escritos dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Educação Especial (GT 15) nas reuniões da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd.

Como banco de dados foram utilizados os registros do portal da ANPEd, analisando os resumos de trabalhos completos referentes a seis reuniões anuais no período de 2007 a 2012, aprovados pelo GT de Educação Especial.

Quanto à utilização desse recorte temporal específico (2007-2012), a escolha se deu pelo fato de que antes desse período a presença de resumos era inconstante. Aqui decidiu-se pela análise através de resumos pela falta de tempo hábil para a suposta análise de alguns textos na íntegra para a realização desse trabalho.

A ANPEd é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne sócios individuais (professores, pesquisadores, estudantes da pós-graduação) e sócios institucionais (programas de pós-graduação em educação). Originou-se de uma proposta de institucionalização de um sistema auto-regulador na política de Pós-graduação em educação, formada pela CAPES em 1976 (CARVALHO, 2001). Porém esta proposta ficou parada até 1978, quando acontece a primeira reunião em março desse mesmo ano e a associação foi então criada (FERRARO, 2005; ZÁKIA e BIANCHETTI, 2007).

A ANPEd tem por finalidade fortalecer a pós-graduação e os estudos na área da educação no Brasil. Possui 37 anos de história e vem ocupando lugar relevante no cenário nacional e internacional em defesa da educação brasileira, através da divulgação e registro de produção científica.

As reuniões da ANPEd vêm acontecendo anualmente desde 1978. A Partir de 2013 a periodicidade dos encontros será bienal. Estrutura-se por meio de 23<sup>1</sup> Grupos de Trabalhos. Há seguir discorrerão um pouco sobre o GT 15 da ANPEd.

### **Grupo de Trabalho de Educação Especial (GT 15 da ANPEd)**

Para o presente trabalho foram tomadas com referência para análise as reuniões de 2007 a 2012 do Grupo de Trabalho de Educação Especial-GT 15. O GT em questão possui em média 12 trabalhos apresentados em cada reunião anual da ANPEd.

Em 10 de maio de 1989 foi realizada na Faculdade de Educação (FE) da USP uma reunião com um grupo de professores onde se discutiu a pertinência de se criar um grupo de trabalho sobre educação especial para a ANPEd. Nessa reunião foi encaminhado oficialmente um requerimento a ANPEd para a sua criação. Esse grupo objetivava incluir as discussões da Educação Especial como tema em forma de Grupo de Trabalho nas reuniões anuais da ANPEd.

As discussões desse grupo envolviam assuntos como: importância da formação de professores em nível de graduação, a profissionalização das pessoas que trabalham junto aos deficientes, ênfase na instância educacional da Educação Especial e não assistencialista, como era comumente vista, oportunidades de falar sobre as várias áreas da Educação Especial (D.M. / D.V. / D.A. /D.F. / superdotados e problemas de conduta).

Após dois anos de funcionamento como grupo de estudos, em 1991, na 14<sup>a</sup> reunião, a criação do grupo foi aprovada por unanimidade, pela assembléia da ANPEd. Esse GT é merecedor de destaque devido ao seu histórico de atuação e pioneirismo na congregação de profissionais.

O GT 15 possui a média de 12 trabalhos apresentados em cada reunião anual da ANPEd. Conforme quadro 1 percebe-se que em todos os anos analisados há excedência dentre os textos analisados, ou seja, o número de trabalhos aprovados extrapola o número de 12 em três reuniões (2007, 2008 e 2009), seis trabalhos (2010) e sete

---

<sup>1</sup> História da Educação, Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, Didática, Estado e Política Educacional, Educação Popular, Educação de Crianças de 0 a 6 Anos, Formação de Professores, Trabalho e Educação, Alfabetização, leitura e escrita, Política de Educação Superior, Currículo, Educação Fundamental, Sociologia da Educação, Educação Especial, Educação e Comunicação, Filosofia da Educação, Educação de Pessoas Jovens e Adultas, Educação Matemática, Psicologia da Educação, Educação e relações Étnicas raciais, Educação Ambiental, Gênero, Sexualidade e Educação, Educação e Arte.

trabalhos (2012). Destaca-se particularmente o ano de 2011 no qual houve o dobro de trabalhos aprovados em relação ao número de apresentados.

Quadro 1 – Reuniões anuais de 2007 a 2012, número de trabalhos aprovados pelo GT 15 e número de trabalhos selecionado para a amostra.

<b>Reunião</b>	<b>Ano</b>	<b>Número de Trabalhos no GT de Educação Especial</b>	<b>Número de trabalhos selecionados(políticas)</b>
30 <sup>a</sup>	2007	15	01
31 <sup>a</sup>	2008	15	01
32 <sup>a</sup>	2009	15	03
33 <sup>a</sup>	2010	18	05
34 <sup>a</sup>	2011	24	02
35 <sup>a</sup>	2012	19	06
36 <sup>a</sup>	Total 06 anos	106	18

Elaboração própria. Fonte: [www.anped.gov.br](http://www.anped.gov.br)

Pode-se perceber ano a ano que o assunto “política” incide em todas as reuniões investigadas, com uma curva crescente que se faz notar no ano de 2009 com três, passando a cinco no ano seguinte e a seis trabalhos em 2012. Observa-se, contudo, um refluxo em 2011 com apenas dois trabalhos aprovados.

Conforme o quadro 1, foi aprovado, no decorrer do período selecionado, 106 trabalhos no GT de Educação Especial das reuniões da ANPEd, sendo que 18 tematizaram a questão da política educacional e, portanto, foram selecionados na presente pesquisa. Registra-se uma proporção de 17 % de trabalhos sobre política educacional na produção do GT 15 no período investigado.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise da produção do GT de Educação Especial nas reuniões da ANPEd. Primeiramente os trabalhos foram selecionados tomando como referência o título e/ou as palavras-chaves. No segundo momento foram lidos atentamente os resumos a fim de confirmar o tratamento do referido assunto.

Dentre os 18 trabalhos que continham nos títulos ou nas palavras-chaves ou no corpo do resumo alusões às políticas de Educação Especial, objetivou-se perceber o

foco de pesquisa, os autores e suas filiações institucionais e acadêmicas e como as pesquisas foram desenvolvidas.

### **Balanco de produção**

Este trabalho trata-se de uma pesquisa do tipo “balanço de produção científica” ou “análise de produção científica”, onde se pretende debruçar sob os escritos de 06 anos de reuniões da ANPEd, no GT 15. Conforme Nunes, Ferreira e Mendes (2003) os estudos sobre a análise da produção científica na área da Educação especial começaram somente nos anos 80, destacando-se o trabalho pioneiro desenvolvido por um grupo coordenado por Dias e Goyos, que analisaram os resumos de 38 dissertações defendidas entre 1981 a 1987 na UFSCar. Nessas constatou-se a presença predominante de estudos referentes ao processo ensino/aprendizagem familiar e escolar sem muita abrangência a outros caminhos.

No ano de 2003 esses mesmos autores examinaram os catálogos da ANPEd, que continham 1900 resumos de trabalhos apresentados entre 1981 a 1988, identificando 99 estudos envolvendo “alunos especiais”, onde a ênfase era a deficiência mental, com especificidade para o funcionamento das classes especiais (Nunes, Ferreira e Mendes, 2003).

Somente no final dos anos 80 que a necessidade de análise da produção científica na área de Educação Especial foi sendo gradualmente reforçada, de acordo com os autores Nunes, Ferreira e Mendes (2003), através da constatação de vários eventos científicos até o ano de 1994.

#### **Segundo RÉGIS(2004)**

A observação atenta dos trabalhos até então desenvolvidos, possibilitou-nos visualizar que, já existe há algum tempo interesse por parte dos pesquisadores da área, em sistematizar informações a respeito da pesquisa em Educação Especial. Entretanto, observamos por outro lado, que esses interesses estiveram voltados para um diagnóstico mais geral dos conhecimentos produzidos pela área. (p.24)

O autor destaca o fato desses escritos não aprofundarem questões do tipo: do que e para quem se tem feito pesquisas na área de Educação Especial, quais são os problemas privilegiados nos escritos, enfim, questões que vão desde as opções metodológicas utilizadas até tendências que influenciam em suas pesquisas. Ressalta que essas questões devem ser lançadas constantemente a fim de se

diagnosticar/contribuir através dessas pesquisas na busca de soluções dos problemas enfrentados nessa área.

Em 1995 iniciou-se um projeto de análise da produção discente no âmbito dos programas de pós-graduação voltado ao indivíduo com necessidades educacionais especiais, numa iniciativa de um posicionamento mais crítico com relação aos escritos na área de Educação. Intitulou-se “Análise Crítica da Produção Discente (PRODISC)”. O PRODISC coordenado por Leila R.D.Oliveira de P. Nunes (UERJ), Rosana Glat (UERJ), Júlio R. Ferreira (Unimep) e Enicéia Gonçalves Mendes (UFSCar), iniciou-se quando esse grupo de pesquisadores objetivou investigar os temas, as tendências, principais descobertas, lacunas, suas implicações teóricas e práticas no campo de Educação Especial. Em 2003 a PRODISC já se encontrava em sua quarta versão.

#### Segundo RÉGIS(2004)

Assim, mesmo além das propostas dos textos oficiais, as pesquisas desenvolvidas nos programas de pós- graduação *stricto- sensu* no País deve ser vista com atenção especial. Primeiro pela contribuição que pode trazer para a superação dos inúmeros problemas que enfrentamos na realidade, especialmente no campo da Educação e Educação Especial. Segundo, e no mesmo sentido, se a pesquisa é importante para auxiliar o homem a superar os problemas que encontra, é preciso que se analise a própria pesquisa, que se investigue os caminhos que são adotados para o seu desenvolvimento, que se identifiquem os interesses e determinantes sócio-político-econômicos que norteiam e, ainda, que se explicitem as suas principais tendências numa esfera específica do conhecimento. Isto para que, não apenas os problemas identificados pelo homem na realidade sejam superados, mas que para também sejam superados os problemas percebidos no próprio ato de investigar. (SILVA, 2000)

Com base nos estudos da trajetória dos escritos sobre análises de produções e suas inúmeras contribuições pretendem-se aqui desenvolver um trabalho nessa perspectiva. Ciente da importância da análise das produções científicas para o pleno desenvolvimento da área de Educação Especial, através da contribuição dos estudos que se desenvolveu é que se compõe o **primeiro item**.

No **segundo item** analisou-se os trabalhos apresentados no GT de Educação Especial da ANPEd, considerando-se quem escreveu origem regional e institucional, qual o foco relacionado à política de Educação Especial vem sendo discutido, seus fundamentos teóricos, metodologia de análise e escrita.

No **terceiro item** pretendeu-se analisar o que esses escritos nos dizem, quais os enfoques mais apontados, as problematizações apontadas e contribuições.

## 2. Sobre os autores dos trabalhos analisados

Foram registrados 29 autores das produções analisadas, levando-se em conta que, dentre os 18 resumos examinados, 09 foram desenvolvidos por dois ou mais pesquisadores e os outros 09 registram somente uma autoria.

- **Ana Carolina Christofari**-Estudante de doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS) e participante do grupo de estudos **NUPIE(Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar)**.
- **Ana Paula de Oliveira Moraes Soto**-É professora auxiliar da Universidade Federal do Estado da Bahia e Coordenadora Pedagógica da Secretaria da Educação de Feira de Santana.
- **Adriana Lia Frizman de Laplane**-É de Campinas, professora na UNICAMP, é líder do grupo de pesquisas **Desenvolvimento, linguagem e práticas educativas**, da UNICAMP e pesquisadora dos grupos: **Políticas Públicas de educação e educação especial**, da UFMS e **Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem(GPPL)**, também da UNICAMP.
- **Camila Righi Medeiros Camillo**-Atua como professora no Centro Universitário Franciscano(UNINFRA), com ênfase na disciplina de Língua Brasileira de Sinais(LIBRAS). É pesquisadora do grupo de pesquisas **Formação de Professores e Docência(FORPRODOC)**, da UNINFRA.
- **Clarice Salette Traversini**- É professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora dos grupos: **Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade e Grupo de Pesquisa sobre Educação e Disciplinamento(GPED)**, ambos da UFRGS.
- **Claudio Roberto Baptista**-Professor associado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS). É coordenador do grupo de pesquisas **NUPIE**. Foi

representante do GT 15(Grupo de Trabalho de Educação Especial da ANPEd) dos anos de 2009 a 2012.

- **Eliana da Costa Pereira de Menezes** - É professora adjunta do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria.
- **Enicéia Gonçalves Mendes** - É professora associada da Universidade de São Carlos. Líder do grupo de pesquisa **Observatório Nacional de Educação Especial**, da UFSCar.
- **Eucaris Joelma Rodrigues Ferreira** - É doutoranda da Universidade Federal de Pelotas(UFPEL) e professora alfabetizadora da SEDUC/MT. É estudante do grupo **Políticas contemporâneas de currículo e formação docente**, da Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT).
- **Fabiany de Cássia Tavares Silva**-É professora pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) atuando na Graduação e no programa de Pós-Graduação (Cursos de Mestrado e Doutorado). Participa dos grupos: **Observatório de Cultura Escolar**, da UFMS;**Observatório de Práticas Escolares**, da UDESC.
- **Fernanda de Camargo Machado**-Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Santa Maria. É membro do **GIPES(Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos)**, da UNISINOS e do **DEC(Diferença, Educação e Cultura)**, da UFSM(Universidade Federal de Santa Maria).
- **Flavia Faissal de Souza**-É doutora pela UNICAMP. Atua na área de Educação Física junto às pessoas com deficiências. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: **Observatório de Educação Especial e inclusão escolar: práticas curriculares e processos de ensino/aprendizagem da UFRRJ(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)** e **Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem(GPPL)**, da UNICAMP.



- **Francéli Brizola** - É professora do Ensino Superior na Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA(campus de São Gabriel), é gestora da mesma universidade como Pró- Reitora Adjunta de Graduação. Participa dos grupos de estudo: **Cultura escolar, práticas pedagógicas e formação de professores**, da UNIPAMPA e **Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná**, da UFPR e do **NUPIE-Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar da UFRGS**.
- **Glaucia Eunice Gonçalves da Silva**-É professora da Rede Municipal de Educação de Várzea Grande e do Sistema Estadual de Educação de Mato Grosso. É estudante do grupo de pesquisa **Políticas contemporâneas de currículo e formação docente**, da UFMT(Universidade Federal do Mato Grosso).
- **Graziela Maria Beretta Lopez**-Professora do Ensino Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). É pesquisadora do **Grupo de Estudos de Política Educacional e Trabalho**, da UFSC.
- **Juliane Marschal Morgenstern**-Professora titular do Centro Universitário Franciscano(UNIFRA), ministrando aulas na área de LIBRAS e Educação Especial e orientando Trabalhos Finais e Graduação e Especialização. Tem participação nos seguintes grupos de pesquisa: **FORPRODOC(Formação de Professores e Docência)**, da UNINFRA; **GIPES(Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos)**; **GEPI(Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão)**, ambos da UNISINOS.
- **Juliana Pires Leodoro**-É aluna do mestrado da Universidade de São Paulo.
- **Kamila Lockmann**- É professora do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Participa do grupo de pesquisa **GEPI(Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão)**, da UNISINOS; **Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação da Infância**, da FURG; **Humanidades & ciências da**

**saúde: perspectiva multidisciplinar**, da UFCSPA(Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre).

- **Katia Regina Moreno Caiado**-É professora adjunta no Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos(SP). Atua como líder do grupo de pesquisas **Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação-Educação Especial**, da UFSCar e pesquisadora do **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo(HISTEDBR)**, também da UFSCar e Políticas Públicas de educação e educação especial, da UFMS.
- **Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira** - É professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da PUC- Minas. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: **Trabalho, Tecnologia e Educação**, da UFMG; **Direito à Educação e Políticas Educacionais**, da PUC-Minas; Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG; Rede Ibero Americano de estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (RIMEPES) da UFMG.
- **Márcia Lise Lunardi Lazzarin** - É professora associada do Departamento de Educação Especial do Centro de Educação da Universidade federal de Santa Maria. Atua como professora credenciada no Programa de Pós Graduação na linha de pesquisa Educação Especial. Pertence ao grupo de pesquisas **GIPES (Grupo Institucional de Pesquisa em Educação de Surdos)** da UNISINOS e **DEC (Diferença, Educação e Cultura)** da UFSM.
- **Marcia Torres Neri Soares** - É aluna de Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN) professora assistente da Universidade do Estado da Bahia.
- **Marilda Moraes Garcia Bruno** - Professora Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul. É líder do **Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva** e pesquisadora do **Grupo de Estudo e Pesquisa de Estado, Política e Gestão da Educação (GEPGE)**, ambos os grupos da UFGD.

- **Priscila Turchiello** - Atua como Educadora Especial na Secretaria Estadual de Educação de Santa Maria, professora do Curso de Graduação de Educação Especial a Distância do Centro de Educação da Universidade federal de Santa Maria.
- **Rosalba Maria Cardoso Garcia**-É professora doutora adjunto II pela Universidade federal de Santa Catarina. Atua como pesquisadora no **Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho**, da UFSC e no grupo **Políticas Públicas de Educação e Educação Especial**, da UFMS(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).
- **Roseli Terezinha Kuhnen**- Aluna da pós- graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participa como estudante do **Grupo de Estudos de Política Educacional e Trabalho**, da UFSC.
- **Sandra Freitas de Souza** - É contratada da Faculdade Presidente Antônio Carlos e da Faculdade de Educação da UEMG (Universidade Estadual de Minas Gerais) e Supervisora Pedagógica na Escola Estadual Pestalozzi. Promove cursos de capacitação para professores.
- **Simone Girardi Andrade**-É do Rio Grande do Sul e pesquisadora do grupo Políticas de Educação Especial, da USP.

**Ozerina Victor de Oliveira**-Professora adjunta da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), no Curso de Pedagogia e é diretora do Instituto de Educação. É líder do **Grupo Políticas contemporâneas de currículo e formação docente** e pesquisadora do grupo **Integração e concepções de professores: implicações na construção de uma cidadania ativa e crítica**. Ambos os grupos são da UFMT.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br>

Observou-se presença majoritária de autoras/pesquisadoras do sexo feminino, tendo apenas um representante do sexo masculino.

Quanto à distribuição regional, as pesquisadoras com escritos nessa área, e que tratam de política educacional, observou-se o grande predomínio da região sul do Brasil, com maioria no estado do Rio Grande do Sul. A presença de pesquisas no estado de Santa Catarina destaca-se em segundo lugar nessa região. Não há nenhum registro de trabalho representativo do Estado do Paraná. Já na região sudeste, visualizou-se o predomínio do Estado de São Paulo sobre Minas Gerais, com ausência de representação do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Na região centro-oeste destaca-se os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Já na região nordeste, representado pelo Estado da Bahia destaca-se a presença de apenas dois pesquisadores dos trabalhos analisados.

Assim, observando o quadro 2 de distribuição regional certifica-se a presença de 15 pesquisadoras na região sul do Brasil, 07 na região sudoeste, 05 na região centro-oeste e somente 02 no nordeste do país.

Quadro 2 – Distribuição regional das pesquisadoras

Região de origem institucional das pesquisadoras	Número de pesquisadoras
Sul	15
Sudeste	07
Centro-Oeste	05
Nordeste	02

Elaboração própria. Fonte: [www.anped.gov.br](http://www.anped.gov.br)

Essas pesquisadoras atuam em universidades federais, estaduais e privadas, sendo 17 pertencentes às instituições federais, 08 estaduais e 04 privadas, o que pode ser observado no quadro 03. Conclui-se que a maioria encontra-se em instituições públicas.

Quadro 3 - Distribuição institucional das pesquisadoras dos trabalhos analisados

Dependência administrativa	Número de pesquisadoras
Federal	17
Estadual	08
Privada	04

Elaboração própria. Fonte: [www.anped.gov.br](http://www.anped.gov.br)

Importante salientar que a grande maioria das pesquisadoras é de professoras e/ou de pessoas que trabalham na área da educação em secretarias de redes de ensino. Somente 03 são estudantes, sendo 01 mestranda e 02 doutorandas.

Convém destacar que essas estudantes estão sob orientação de pessoas envolvidas nos trabalhos aqui analisados, com destaque para 02 autores/orientadores, sendo que uma orientadora encontra-se envolvida com grupos de pesquisas que serão citados a seguir.

As 29 pesquisadoras estão distribuídas em 29 grupos de pesquisa. Observou-se a presença de pesquisadoras em dois ou mais grupos de pesquisa e também que há grupos aqui examinados que são compostos por mais de uma pesquisadora em foco. Portanto foram observadas algumas conexões explícitas:

- a) ligações com a mesma instituição, tanto em nível de formação, quanto de trabalho;
- b) parceria na autoria do trabalho;
- c) compartilham dos mesmos interesses e/ou linhas de pensamento.

Para, além disso, supõe-se a existência de outras conexões implícitas e que são merecedoras de análise mais detalhada, mas que não foram objeto desse estudo.

Destacaram-se 03 grupos de pesquisa com participação de três pesquisadoras em cada um. São eles: Políticas Públicas de Educação e Educação Especial (UFMS), Grupo de Estudos de Política Educacional e Trabalho (UFSC), GIPES - Surdos, da UNISINOS.

## **2.1 Sobre os grupos de pesquisa**

### **2.1.2 Políticas Públicas de Educação e Educação Especial**

O grupo formou-se em 2008. A líder é Mônica de Carvalho Magalhães Kassar. Predomina nas áreas de Ciências Humanas e Educação. Pertence à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Suas linhas de pesquisa são:

- [Formação de Professores](#)
- [Políticas e práticas institucionais](#)

O grupo tem caráter interinstitucional e envolve pesquisadores das seguintes universidades: UEL, UFSC, UNICAMP, UFSCar e UFMS. Trabalha através de interlocução dos pesquisadores que desenvolvem suas investigações em 4 estados

brasileiros: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em 2010 seus projetos de pesquisa foram contemplados pelo Edital Universal do CNPq e Edital Observatório - CAPES.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br>

### **2.1.3 Grupo de Estudos de Política Educacional e Trabalho (UFSC)**

Formou-se em 1995. A líder é Olinda Evangelista. Predomina na área de Ciências Humanas e Educação. Pertence a Universidade Federal de Santa Catarina. Suas linhas de pesquisa são:

- [Educação e inclusão](#)
- [Formação e profissionalização de educadores](#)
- [Políticas públicas e reformas educacionais](#)
- [Trabalho, educação e gestão](#)

O Grupo desenvolve pesquisa em outros países como Argentina, Chile, Uruguai, França, Portugal, Espanha e Inglaterra. Seus pesquisadores participam de projetos nacionais como o Observatório da Educação/CAPES desenvolvendo pesquisa com núcleos de outras Universidades (UFSCar, UEL, UFMS, UNICAMP). Atuam como coordenadores e vice-coordenadores de GTs da ANPEd, Comitê Científico da ANPEd e outros eventos nacionais, bem como integram o Comitê editorial de periódicos nacionais e internacionais.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br>

### **2.1.4 GIPES- Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos**

Formou-se em 2006. Sua líder é Maura Corcini Lopes. O grupo predomina na área de Ciências Humanas e Educação. Institucionalmente pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Linhas de pesquisa:

- [Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente](#)
- [Educação Especial](#)
- [Estudos Culturais em Educação](#)
- [Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas](#)
- [Linguagem e Práticas Escolares](#)

Os pesquisadores do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES) tomam como campo de investigação a Educação de Surdos desde 1999. Durante esse percurso, muitas foram as ações de pesquisa e de extensão feitas pelo grupo, mas seu credenciamento no CNPq ocorreu em 2006, consolidando o perfil interinstitucional. A partir do credenciamento, o grupo realizou sua primeira investigação, mapeando as condições lingüísticas e pedagógicas dos alunos surdos da educação básica, no Estado do Rio Grande do Sul, com financiamento do CNPq. A divulgação de suas pesquisas ocorre por meio de diferentes produções bibliográficas e produções técnicas como cursos, palestras e assessorias pedagógicas. Merece destaque o espaço de divulgação e discussão dos dados das pesquisas do grupo no Fórum Estadual de Educação de Surdos (FEES). Este é um evento itinerante, realizado anualmente, desde 2007, nas instituições de vínculo do grupo, com a participação das comunidades envolvidas com a educação de surdos de cada região.

Depois, identifica-se o destaque para 05 grupos de pesquisas com a presença de dois participantes em cada um. São eles: Políticas Contemporâneas de Currículo e Formação Docente, NEPIE-Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão escolar, GEPI-Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão, GPPL-Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem, FORPRODOC-Formação de Professores e Docência e Políticas Públicas de Educação e Educação Especial.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br>

### **2.1.5 NEPIE-Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão escolar**

Líder é Cláudio Roberto Baptista. Formou-se em 2005. Predomina nas áreas de Ciências Humanas e Educação. Pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Linhas de pesquisa:

- [Os sujeitos da Educação Especial](#)
- [Políticas de inclusão escolar](#)

A pesquisa tem sido desenvolvida nas duas Linhas que aglutinam os integrantes: Políticas de Inclusão Escolar e Sujeitos da Educação Especial. Têm merecido prioridade as ações de investigação sobre políticas de inclusão escolar em municípios do Rio Grande do Sul, assim como a escolarização de sujeitos com transtornos globais do desenvolvimento e com deficiência mental. AS INTERFACES INSTITUCIONAIS: destacamos as ações de parceria com os PPGE da UFES e da UFSCar. As ações resultantes dessa parceria são atividades de intercâmbio e pesquisa, a organização do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial em Vitória, em abril de 2011, e a organização do I Colóquio Pesquisa e Educação Especial que ocorrerá em Canela - RS, no mês de setembro de 2013. Tais eventos têm sido propulsores de produções na forma de livros, alguns deles indicados a seguir. Além do intercâmbio com a UFES e a UFSCar, o Grupo tem mantido atividades sistemáticas de encontros e debates que envolvem: UFSM, UFPel, PUC-RS, IPA, UNIPAMPA, UNIVILLE. OUTRAS ATIVIDADES: o Núcleo tem promovido Cursos de extensão, seminários e ciclos de cinema sobre as temáticas relativas à educação especial. Além disso, o Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos que teve por objetivo formar 50 profissionais para atuarem como suporte à inclusão escolar (1ª turma em 2008 e 2ª turma em 2012).

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br>

### **2.1.6 GEPI - Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão**

Líder é [Elí Terezinha Henn Fabris](#). Formou-se em 2010. Predomina nas áreas de Ciência Humanas e Educação. Pertence ao Centro de Ciências Humanas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Linhas de pesquisas:

- Estudos Culturais em Educação;
- Formação de Professores, Currículo e Prática Pedagógicas.



Visando compartilhar com a comunidade e a comunidade acadêmica mais ampla a produção do GEPI as pesquisadoras realizaram nos últimos anos muitos trabalhos e produções conjuntas. Fóruns de discussão, cursos de extensão sobre a temática da inclusão, escreveram e apresentaram trabalhos em eventos significativos na área de educação e publicaram um segundo livro intitulado: Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam? Com a edição do último livro, com a finalização de algumas etapas das pesquisas realizadas, com a formação de mestres e doutores que integram desde o início do grupo, com a participação na condição de painelistas das pesquisadoras no V Colóquio Foucault e como apresentadoras de trabalho no encontro da ANPED realizado em Minas Gerais e no Colóquio de Currículo realizado um ano em Portugal, com a divulgação cada vez mais do blog do GEPI e com convites feitos pelo Grupo a outros pesquisadores nacionais e estrangeiros para estarem nas reuniões do grupo na UNISINOS, entre outras ações, o Grupo se estabeleceu com força diante da comunidade acadêmica nacional e internacional.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br>

### **2.1.7 GPPL-Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem, Política Contemporâneas de Currículo e Formação Docente**

Formou-se em 1992. Tem como líder Ana Luiza Bustamante Smolka. Predomina nas áreas de Ciências Humanas e Educação. Pertence institucionalmente a Faculdade de Educação da UNICAMP. Linha de pesquisa:

- [Desenvolvimento Humano e educação,](#)
- [Sociedade, Cultura, Educação.](#)

O trabalho do Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem fundamenta-se, desde seu início, nos pressupostos teóricos da perspectiva histórico-cultural em psicologia, mantendo sempre uma intensa interlocução com autores de outras áreas,

campos de conhecimento, e filiações teóricas. Dentre os principais temas tratados pelo Grupo, mais recentemente, destacam-se: questões relacionadas ao desenvolvimento humano em contextos de educação formal e não formal; práticas escolares, práticas discursivas; significação; argumentação; emoção, memória, imaginação.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br>

### **2.1.8 FORPRODOC-Formação de Professores e Docência**

Formou-se em 2002. Sua líder chama-se Noemi Bôer. Predomina na área de Ciências Humanas e Educação. Pertence institucionalmente ao Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Suas linhas de pesquisa são:

- [Espaços de Formação, Saberes e Práticas Docentes](#)
- [Ludicidade: Cenários e Processos de Ensinar e Aprender](#)

Este grupo realiza suas atividades de pesquisa na formação e atuação docente nas diferentes áreas e enfoques do conhecimento. Busca encontrar subsídios que permitam uma melhor compreensão dos processos formativos e da atuação docente. Composto por profissionais com formação em Pedagogia, Educação Especial, Filosofia e Biologia.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br>

Identifica-se que esses grupos estão engajados e envolvidos com as pesquisas da área da Educação como um todo, fazendo parte dos principais assuntos e enfoques discutidos através de seus escritos. Esse fato contribui para que ajam constantes avanços em busca de melhorias para os problemas encontrados nas diversas mudanças que vêm ocorrendo nessa área.

### **3. Qual o foco das pesquisas?**

#### **3.1 Eixos**

Ao analisar os resumos de 18 trabalhos apresentados no GT 15 da ANPEd no período 2007 a 2012, foram evidenciados 07 eixos de análise, organizados por ordem decrescente de incidência, quais sejam,

- a) Inclusão escolar com ênfase na Educação Especial-05 trabalhos
- b) Inclusão com ênfase nos sujeitos-04 trabalhos
- c) Inclusão no movimento políticas-ações – 03 trabalhos
- d) Inclusão com ênfase na formação de professores-02 trabalhos
- e) Inclusão com ênfase na Educação Infantil-02 trabalhos
- f) Inclusão com ênfase no currículo-01 trabalho
- g) Inclusão com ênfase nos discursos/saberes-01 trabalho

#### **Inclusão escolar com ênfase na Educação Especial (05)**

**Título: Implementação de políticas públicas de inclusão escolar: a matriz cognitiva como ferramenta de acompanhamento do processo**

**Autora: Francéli Brizolla – UFPR**

**Trabalho apresentado em 2009 na 32ª reunião da ANPEd.**

“Nesse primeiro trabalho analisado sob este enfoque pesquisou-se o lugar da modalidade Educação Especial na construção de sistemas de ensino inclusivo, o que revelou diferenciações quanto aos aspectos regionais e aos modelos de Educação Especial vigente em cada local. Discute-se que as políticas públicas, ao serem idealizadas devem levar esses fatos de níveis culturais em conta”.

**Título: A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS**

**Autora: Marilda Moraes Garcia Bruno – UFGD**

**Trabalho apresentado no ano de 2010 na 33ª Reunião da ANPEd**

“A autora objetiva discutir a normalização das políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva tendo como foco o direito a educação e ao Atendimento Educacional Especializado. Traz para a discussão os discursos sócio-filosófico-políticos presentes na elaboração das políticas públicas e nos documentos da Educação Especial, confrontando-os com as estratégias e ações práticas, apontando os avanços e as dificuldades enfrentadas”.

**Título: TRAMAS ENTRE DEFICIÊNCIA, ESTADO E EDUCAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO FRANCÊS**

**Autora: Enicéia Gonçalves Mendes – UFSCAR**

**Trabalho apresentado na 33ª Reunião da ANPEd no ano de 2010**

“A autora discute sobre a dificuldade da Educação Especial, dentro do movimento de inclusão, em delimitar e delinear seu próprio objeto de estudo, perpassando pela falta de consenso sobre políticas pedagógicas e sobre o criticismo acerca de sua função social: educar para a autonomia ou legitimar a exclusão social. Discute essas questões com relação às tendências mundiais de deficiência nos discursos de inclusão/exclusão, utilizando-se do contexto francês para ilustrar a história dessas questões no mundo ocidental”.

**Título: REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

**Autora: Juliana Pires Leodoro – USP**

**Trabalho apresentado em 2010 na 33ª Reunião da ANPEd**

“A autora trata das representações sociais da Educação Especial nos programas do governo federal que instruem para a educação inclusiva, onde se evidencia a mesma de forma negativa e antagonista, sendo essa postura prejudicial, por massacrar as diferenças individuais dos alunos e justificar o desmonte de recursos, inviabilizando o atendimento educacional especializado”.

**Título: ESTRATÉGIA DE MULTIPLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: ITINERÁRIOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

**Autora: Marcia Torres Neri Soares – UFRN**

**Apresentado na 35ª Reunião da ANPED no GT de Educação Especial do ano de 2012.**

“Nesse trabalho a autora objetiva apresentar resultados de estudos sobre a estratégia de multiplicação de políticas públicas de inclusão. Fala-se da escassez teórica e a ampla utilização das mesmas no Brasil. Debatem-se as políticas, confrontando-se com as práticas, a fim de contribuir na melhoria das condições para a aprendizagem de diferentes sujeitos, especialmente dos que apresentam deficiência.

Deve-se salientar que nesse eixo que foi onde se encontrou e analisou maior número de trabalhos não se vê conexão alguma entre as autoras/pesquisadoras, nem de nível institucional, nem de grupos de pesquisa”.

#### **Inclusão com ênfase nos sujeitos (04)**

**Título: A escola como lugar de desenvolvimento de corpos/sujeitos com deficiência**

**Autora: Flavia Faissal de Souza – UNICAMP**

**Trabalho apresentado na 34ª reunião da ANPED no ano de 2011.**

“A autora analisa como as políticas de inclusão vão impactando os sujeitos ao longo do processo, sobretudo o lugar que esses vão ocupando junto aos pares e professores e de como isso vai se tornando condição de desenvolvimento de sujeitos marcados pela deficiência”.

**Título: Cidadania e Democracia: Estratégias da Governamentalidade Neoliberal Para A Produção De Práticas (De Si) Inclusivas**

**Autoras: Fernanda de Camargo Machado – UFSM**

**Eliana da Costa Pereira de Menezes – UFSM**

**Priscila Turchiello – UFSM**

**Trabalho apresentado na 35ª reunião da ANPED no ano de 2012**

“Nesse trabalho discute-se a idéia de engajamentos dos sujeitos envolvidos no processo de “inclusão” numa lógica de “governamentalidade” e “subjetivação”. Nessa mesma lógica, o professor se auto-avalia constantemente em sua prática na construção de uma sociedade mais democrática e cidadã, encontrando no processo elementos de criação de perfis de autocondução e controle, numa idéia de engajamento com a causa inclusiva”.

**Título: Práticas de governmentamento na esteira da racionalidade política neoliberal: produzindo sujeitos inclusivos**

**Autoras: Camila Righi Medeiros Camillo – UNIFRA**

**Juliane Marschall Morgenstern – UNISINOS**

**Trabalho apresentado na 35ª reunião da ANPEd no ano de 2012**

“Nesse trabalho as autoras problematizam como a governamentalidade vem conformando modos de ser sujeitos na dinâmica inclusiva e de que forma esses sujeitos vem sendo conduzidos para a produção e manutenção de um modo de vida neoliberal e de si mesmos. Vislumbrou-se a governamentalidade como ação política que gesta e organiza a vida em sociedade. Observou-se o uso de determinado programa governamental que incentiva a competitividade entre os sujeitos pedagógicos a exemplo do projeto governamental ao qual estão enredados, com lógica no mercado”.

**Título: Significados e sentidos na construção da identidade do deficiente intelectual para além de eufemismos**

**Autoras: Glaucia Eunice Gonçalves da Silva – UFMT**

**Ozerina Victor de Oliveira – UFMT**

**Eucaris Joelma Rodrigues Ferreira – UFMT**

**Trabalho apresentado em 2012 na 35ª reunião da ANPEd**

“No referido trabalho as autoras problematizam a produção identitária do deficiente intelectual a partir da análise de contextos discursivos. Buscam significados e sentidos acerca da deficiência intelectual, através de simpósios, discussões teóricas e políticas com a participação do deficiente intelectual, objetivando significar as diferenças individuais dentro dessa categoria de deficiência”.

Verificou-se aqui nesse eixo que as autoras de dois trabalhos são do mesmo local, têm formação na mesma universidade, porém não constituem o mesmo grupo de pesquisa. Por outro lado, há a incidência de duas pesquisadoras, a Fernanda de Camargo Machado e a Juliane Marschall Morgenstern, autoras de trabalhos diferentes, porém da mesma instituição de formação e de trabalho, que participam do mesmo grupo de pesquisas, o GIPES.

**Inclusão no movimento políticas-ações (03)**

**Título: Movimentos, expectativas e tendências: inclusão escolar no ensino municipal de Porto Alegre**

**Autores: Claudio Roberto Baptista – UFRGS**

**Ana Carolina Christofari – UFRGS**

**Simone Girardi Andrade**

**Trabalho apresentado em 2007 na 30ª reunião da ANPEd**

“Nesse trabalho os autores analisam os movimentos institucionais que caracterizam a política de inclusão em determinado tempo e lugar, buscando sintonia entre as políticas de inclusão escolar destacadas em estudos anteriores e suas diretrizes teóricas”. Destacaram a constatação de melhorias e dificuldades na busca pela “inclusão”.

**Título: Programa educação inclusiva: direito à diversidade. Uma análise a partir da visão de gestores de um município pólo**

**Autoras: Katia Regina Moreno Caiado, – PUC-Campinas**

**Adriana Lia Frizman de Laplane – UNICAMP**

**Trabalho apresentado em 2008 na 31ª reunião da ANPEd**

“Nesse trabalho as autoras abordam aspectos da implementação da política inclusiva no Brasil através do exame de documentos para essa demanda e depoimento de gestores, refletindo sobre as dificuldades e possibilidades e rumos da política inclusiva”.

**Título: Políticas de inclusão escolar no governo lula – o programa educação inclusiva: direito à diversidade**

**Autora: Ana Paula de Oliveira Moraes Soto – USP**

**Trabalho apresentado em 2012 na 35ª reunião da ANPEd**

“Aqui a autora discorre sobre o debate que vem acontecendo acerca da inclusão escolar. Objetiva analisar as implicações do referido programa no âmbito das políticas de Educação Especial. Ressalta que determinada política percorre um longo caminho de sua formulação-implementação, enfrentando no percurso diferentes elementos que interferem no seu andamento”.

A conexão que se pode observar entre os três trabalhos nesse eixo é de que duas autoras, a Simone Girardi Andrade e a Kátia Regina Morena Caiado participam do

mesmo grupo de pesquisas, o grupo: Políticas Públicas de Educação e Educação Especial.

### **Inclusão com ênfase na formação de professores (02)**

**Título: Políticas para a inclusão: ênfase na formação de docentes**

**Autoras: Sandra Freitas de Souza – UNIPAC**

**Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira – PUC – Minas**

**Trabalho apresentado em 32ª reunião da ANPEd em 2009**

“Nesse primeiro trabalho analisado sob no eixo, as autoras, centradas nas Políticas para a Educação Inclusiva, enfatizam a formação de professores para o magistério com sujeitos especiais. Através da realização de pesquisas detectou-se, apesar da sensibilidade e posicionando favorável desses profissionais a respeito da educação inclusiva e os vários problemas para a sua efetiva realização”.

**Título: Polivalentes, generalistas e tolerantes: formando professores na lógica inclusiva**

**Autoras: Márcia Lise Lunardi Lazzarin - UFSM**

**Fernanda de Camargo Machado – UFSM**

**Trabalho apresentado na 32ª reunião da ANPEd em 2009**

“Nesse trabalho as autoras problematizam os enunciados da inclusão no campo da formação de professores, aqui tomada como dispositivo de governamentalidade dos sujeitos-docentes. A análise das políticas de ações de demandas para o programa de inclusão, juntamente com alguns escritos de Foucault levou a conclusão de que se pretende formar professores que conheçam todos e cada um dos alunos”.

Não se verificou aqui conexão alguma entre as autoras dos trabalhos sob esse eixo.

### **Inclusão com ênfase na Educação Infantil (02)**



**Título: Políticas de educação inclusiva no Brasil: uma análise da Educação Especial na Educação Infantil (2000-2010)**

**Autoras: Rosalba Maria Cardoso Garcia – UFSC**

**Graziela Maria Beretta Lopez – UFSC**

**Trabalho apresentado em 2011 na 34ª reunião da ANPEd**

“Nesse primeiro trabalho verificado com a temática as autoras discutem a política de Educação Especial no país e sua relação com a Educação Infantil, procurando caracterizá-las na perspectiva inclusiva, identificando seus conceitos de base e de como tem sido o atendimento as crianças de 0 a 6 anos de idade”.

**Título: Os fundamentos psicológicos da educação infantil e da Educação especial na organização da rede municipal de Ensino de Florianópolis**

**Autora: Roseli Terezinha Kuhnen – UFSC**

**Trabalho apresentado em 2011 na 35ª reunião da ANPEd**

“Esse segundo trabalho trata-se de uma análise da autora sobre os fundamentos psicológicos da Educação Infantil e da Educação Especial. Concluiu-se que as diretrizes pedagógicas nos dois campos defendem uma proposta de educação voltada para a formação humana e não definem o acesso ao conhecimento como eixo educativo e que o conceito de deficiência é tratado como sinônimo de desigualdade”.

O destaque para esse eixo é o de que nos dois trabalhos encontrados e analisados as 03 autoras encontram-se na mesma instituição e fazem parte do mesmo grupo de pesquisas.

**Inclusão com ênfase no currículo (01)**

**Título: Das políticas curriculares aos documentos curriculares nacionais e locais: diferenciação na escolaridade dos deficientes**

**Autora: Fabiany de Cássia Tavares Silva – UFMS**

**Trabalho apresentado em 2010 na 33ª reunião da ANPEd**

“A autora propõe a diferenciação curricular como um caminho para o bom andamento do movimento de inclusão. Confronta dois documentos curriculares, em determinado local e tempo, sendo um de nível estadual e um de nível municipal e no que isso pode permitir a construção de respostas educativas para o processo de escolaridade dos deficientes na chamada “escola inclusiva”. Conclui a autora que os

documentos curriculares locais são centralizadores, complexos e com pouca integração entre os níveis de escolaridade”.

### **Inclusão com ênfase nos discursos/saberes (01)**

**Título: A relação entre os saberes morais, psicológicos, médicos e pedagógicos na produção da inclusão escolar**

**Autoras: Kamila Lockmann – UFRGS**

**Clarice Saete Traversini – UFRGS**

**Trabalho apresentado na 33ª reunião da ANPEd em 2010**

“Nesse trabalho as autoras discutem como os discursos de diferentes campos do conhecimento em determinado lugar se relacionam para colocar em funcionamento a inclusão escolar. Foram identificados entre esses saberes princípios foucaultianos de governamentalidade, a fim de produzir sujeitos de auto condução e auto transformação. Esses discursos vêm produzindo classificações das deficiências, através de diagnósticos, com medicamentos e tratamentos, com fins de normalização. Os escritos têm contribuído para a pulverização da educação, de maneira que o deficiente passe a não ter um atendimento individualizado, o que afirma sua incapacidade, culpabilizando o sujeito”.

### **3.2 A presença marcante do termo “inclusão”**

Por conta da análise dos títulos, das palavras-chaves e dos resumos dos textos, foi possível constatar a presença unânime do termo “inclusão”.

Nas últimas décadas do século XX, o direito a educação igualitária vem sendo discutido com mais intensidade. Essa necessidade vem se constituindo na busca de uma escola capaz de atender às diferenças. Isso vem sendo discutido e assumido a partir de leis nacionais e internacionais como a Constituição Federal de 88(Brasil, 1988), a Declaração Mundial sobre Educação para todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), Leis de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (Brasil, 1996).

Desde então o termo “inclusão” vem sendo utilizado para expressar essas mudanças implementadas na Educação, sendo objeto de estudos/discussões nas produções acadêmicas do campo de conhecimento Educação Especial.

As referidas demandas instituem que todas as pessoas pertencentes à modalidade Educação Especial, e/ou pessoas com qualquer tipo de deficiência que estejam em idade escolar, desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos sejam matriculadas no Ensino Regular.

Nos trabalhos destacados e analisados escreve-se sobre a inclusão como o momento em que vivemos em nosso país. Os autores discutem as políticas e suas implantações, das dificuldades que se tem enfrentado na busca de uma Escola inclusiva. Escola essa onde simplesmente se demandou que abrigasse as crianças/adultos que antes eram da Educação Especial, sem que essas leis venham dar subsídios reais de realização das demandas, no sentido de oferecer condições concretas nesse processo.

Assim, essa demanda acaba colocando a responsabilidade do andamento do referido processo na escola, ou seja, nos profissionais que lá estão. Esse processo vai acontecendo de forma a camuflar os problemas, dificuldades encontradas a fim de aparentar um sistema educacional que inclui a todos.

Como se a diversidade já não existisse na escola e na sociedade, o comando é de se incluir os sujeitos deficientes, sem muito subsídio para essa ação, para o processo propriamente dito. Assim o professor deve se tornar um profissional que compreenda e que aprenda a receber os alunos da Educação Especial.

Retrata-se nitidamente nos trabalhos destacados a des/organização do processo de inclusão no uso, em alguns escritos, do termo “governamentalidade”. Pautado nessa lógica, o sistema pretende tornar o sujeito co-responsável pela mudança de mentalidade, a fim de formar cidadãos conscientes de que estão incluindo, sem nenhum tipo de preconceito, seguindo assim, a lógica capitalista em perfeita ordem.

#### **4. Como as pesquisas sobre política educacional foram realizadas no campo da Educação Especial**

Com relação aos procedimentos utilizados nos 18 trabalhos analisados, conta-se com 04 estudos baseados em entrevistas nas instituições e escolas observadas, 01 trabalho realizado através de vídeo gravação e áudio gravação e diários de campo na escola a qual se observou. Em 02 trabalhos não se conseguiu visualizar os métodos pelos quais foram realizados. Observa-se a presença de maioria dos trabalhos, com número de 11, realizados por meio de análise documental.

As análises documentais foram realizadas através, sobretudo, dos documentos legais de demandas para a “inclusão” e os documentos de diretrizes para a mesma, com relação aos fundamentos pelos quais se basearam.

Quanto às teorias utilizadas para a produção dos textos um trabalho analisou os documentos sob a ótica da matriz cognitiva pela qual se baseou citando (MULLER e SUREL), (2002). Dois trabalhos citam Foucault, principalmente em seus escritos pós-estruturalistas. Um texto que analisou o contexto francês citou as contribuições do sociólogo Robert Castel.

## 5. Considerações Finais

Ao longo da história da humanidade, o tratamento dado às pessoas com deficiência tem tido significativos avanços. Retrocedendo-se em como os deficientes eram vistos encontramos relações bastante repulsivas, como a de morte e abandono, por serem considerados incapazes ou de má índole.

Vendo as diferentes compreensões como retratos de cada tempo histórico, vivemos agora, enquanto sociedade capitalista o pleno uso da cientificidade. Estamos em tempos de mudanças significativas onde, o tratamento às deficiências tem seu campo específico de discussão, a Educação Especial, que agora é modalidade de Educação e templo de estudos para que se possa cada vez mais evoluir no tratamento com os sujeitos deficientes rumo a uma sociedade igualitária.

Assim como os avanços da humanidade criaram-se as leis como forma organizativa da vida em sociedade. Discorreu-se aqui as leis referentes à Educação Especial e a Educação no Brasil desde o ano de 1994, tendo como pano de fundo as demandas de inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Regular.

Através das análises das leis e escritos sobre a modalidade Educação Especial pode-se perceber que o Brasil possui uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva(2008) que inclui todos os alunos, independente da presença de deficiência.

Destacou-se nesse trabalho a presença maciça de autores/pesquisadores do sexo feminino no GT de Educação Especial no período analisado. Com relação à região em que se encontram essas pesquisadoras destaca-se a região sul do país com mais representantes, sem nenhuma representação na região norte.

Dentre os eixos de divisão, o maior número de trabalho destaca-se no eixo “inclusão com ênfase na Educação Especial”, onde não há conexão explícita entre os pesquisadores, nem a nível institucional, nem de grupo de pesquisa entre as autoras, assim como entre os outros eixos. Esse fato deixa a marca clara da histórica separação da modalidade Educação Especial e seu papel meio confuso frente aos processos de inclusão, o que antes lhe era claro.

O eixo que obtém segundo lugar em número de trabalhos é “inclusão com ênfase nos sujeitos” deixando clara a tentativa de organização/adaptação a um sistema

inclusivo. Com menos intensidade, alguns trabalhos focalizam nos processos, nos saberes, na formação e no currículo flexibilizado.

A conexão buscada entre os eixos observa-se somente quando as pesquisadoras são autoras do mesmo trabalho, com exceção o eixo “inclusão com ênfase na Educação Infantil”, onde as autoras de trabalhos diferentes pertencem ao mesmo grupo de estudo, a mesma instituição e local de residência.

Não se pode deixar de enfatizar a presença gritante do termo “inclusão”, em torno da qual foi dividido o presente trabalho. O fato deixa a impressão de que se tem falado mais sobre o processo em si do que da Educação e da Educação Especial propriamente dita. Parece que todo o sistema educacional está sendo anulado em prol da construção de uma “escola inclusiva”, desconsiderando toda a história ocorrida antes disso.

Ao se pensar numa junção entre as modalidades Ensino Regular e Educação Especial se traz a tona os inúmeros problemas ocorridos por conta da separação historicamente constituída. Acreditando ser mais um processo necessário para o avanço, assim como todos os outros superados anteriormente deve ser levado a sério por todas as partes envolvidas a fim de se resolverem os problemas.

Atualmente questiona-se o fato de estarmos atrelados a uma história de Educação Especial não superada, trabalhando-se apenas para adaptar os alunos, principalmente os com deficiências a uma sociedade capitalista (GARCIA, 2012, p.15).

A produção de conhecimento vem a ser uma das alternativas de solução para os diversos tipos de problemas enfrentados na Educação/Educação Especial e nas políticas para essas áreas. Observa-se ainda nos escritos existentes acerca das políticas educacionais um nível instrucional e descritivo do processo que se insere na Educação chamado “inclusão”. Acreditando que um processo tem seus avanços e que ainda se engatinha nessa caminhada, esperam-se, cada vez mais, contribuições no sentido de se pensar organizacionalmente na junção da Educação Especial e do Ensino Regular. Os escritos e pesquisas podem contribuir de maneira grandiosa para que se faça um sistema educacional em prol do pleno desenvolvimento humano.

## 6. REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto; CHRISTOFARI, Ana Carolina; ANDRADE, Simone Girardi: *Movimentos, expectativas e tendências: inclusão escolar no ensino municipal de Porto Alegre*. In: 30ª Reunião Anual da ANPED, 2007.

BRUNO, Marilda M.G.; *A política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões sobre as práticas discursivas e não discursivas*. In: 33ª Reunião anual da ANPED, 2010, Caxambu MG. Educação no Brasil: o b alando de uma década. Caxambu: ANPED, 2010.

BRIZOLLA, F. *Implementação de políticas públicas de inclusão escolar: a matriz cognitiva como ferramenta de acompanhamento do processo*. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CARVALHO, José Carmelo Braz de: *Origens da ANPED: de instituída a instituinte*. RBE. Maio/Jun./Jul./Ago. 2001 N°. 17, p. 134-138.

CAMILLO, Camila Righi Medeiros ; MORCHESTERN, Juliane . *Práticas de governamento na esteira da racionalidade política neoliberal: produzindo sujeitos inclusivos*. In: 35ª Reunião Anual da ANPED, 2012, Porto de Galinhas. 35ª Reunião Anual da ANPED. Porto de Galinhas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2012. p. 01-11.

CAIADO, Katia Regina Moreno; Laplane, A.L.F. . *Programa de Educação Inclusiva, Direito à diversidade: uma análise a partir da visão de gestores de um município pólo* In: 31ª. Reunião Anual da Anped, 2008, Caxambu/MG. Anais da 31ª. Reunião Anual da Anped. Rio de Janeiro: Anped, 2008. p. 1-16.

FERRARO, Alceu Ravello. *A ANPED: A pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação*. RBE. Set /Out. /Nov. /Dez 2005 No 30, p. 47-69.

GARCIA, R. M. C. *A educação especial nos encontros de pesquisa em educação da região sul - ANPED SUL: a pós-graduação e suas interlocuções com a educação básica*. In: Flávia Brochetto Ramos; Neires Maria Soldatelli Paviani; Tania maris de Azevedo. (Org.). *A pós-graduação e suas interlocuções com a educação básica: múltiplos olhares*. 1ed. Caxias do Sul/São Leopoldo: EDUCS/Casa Leiria, 2012, v. 1, p. 3-535.

GARCIA, R. M. C. ; LOPEZ, G. M. B. . *Políticas de Educação Inclusiva no Brasil: uma análise da Educação Especial na Educação Infantil (2000-2010)*. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

GARCIA, R. M. C; MICHELS, M.H: *A Política de Educação Especial No Brasil (1991-2011): Uma Análise da Produção do Gt 15- Educação Especial da ANPEd*.In: *Revista Brasileira de Educação Especial*. Vol. 17. (Maio/Ago.2011).

KUHNEN, Roseli Terezinha. *Os fundamentos psicológicos da educação infantil e da educação especial na organização da rede municipal de ensino de Florianópolis (2000-2010)*. Florianópolis, SC, 2011. 226 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

LEODORO, J. P: *Representações da educação especial: análise de um programa de formação continuada*. In: 33ª Reunião Anual da ANPEd, 2010, Caxambu - MG. Anais da 33ª Reunião Anual da ANPEd, 2010.

LOCKMANN, Kamila; TRAVERSINI, C. S. *A relação entre saberes morais, psicológicos, médicos e pedagógicos na produção da inclusão escolar*. In: 33ª Reunião Anual da ANPED: Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010, Caxambu. 33ª Reunião Anual da ANPED: Educação no Brasil: o balanço de uma década. Rio de janeiro: ANPED, 2010.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia L. MACHADO, Fernanda de Camargo. *Polivalentes, generalistas e tolerantes: formando professores na lógica inclusiva*. In: 32ª Reunião



Anual da ANPED, 2009, Caxambu (MG). 32ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu (MG), 2009. p. 177-177.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; TURCHIELLO, P.; MACHADO, F. C. *Cidadania e Democracia: estratégias da governamentalidade neoliberal para a produção de práticas (de si) inclusivas*. In: 35ª Reunião Anual da Anped Educação, cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI, 2012, Porto de Galinhas. Anais da 35ª Reunião Anual da Anped Educação, cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI, 2012.

MENDES, E. G.. *Tramas entre deficiência, estado e educação: algumas reflexões a partir do contexto francês*. In: 33ª Reunião anual da ANPED, 2010, Caxambú. Anais da 33ª Reunião Anual da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2010. v. 1. p. 1-16.

NUNES, L.R.O.P.; FERREIRA, J.R.; MENDES, E.G. (2003). *Análise crítica da teses e dissertações sobre educação especial nas áreas de educação e psicologia*. Relatório Final de Pesquisa. PROCESSO CNPq.

SANTA CATARINA, Secretaria do Estado da Educação/Fundação Catarinense de Educação Especial. Programa Pedagógico. São José, SC: FCEE, 2009b.

SILVA, Régis Henrique dos Reis, *Análise Epistemológica das dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação e Educação Especial na UFSCar: 1981-2002*/Régis Henrique dos Reis Silva. –São Carlos: UFSCar, 2006.

SILVA, F. C. T. *Das políticas curriculares aos documentos curriculares nacionais e locais: diferenciação na escolaridade dos deficientes*. In: 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2010, Caxambu - MG. Educação no Brasil: o balanço de uma década. Rio de Janeiro: Clon Carioca Serv de Multimídia Ltda., 2010. p. 1-17.

SILVA, G. E. G; FERREIRA, E. J. R.; OLIVEIRA, O. V. *Significados e sentidos na construção da identidade do deficiente intelectual para além de eufemismos*. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

SOARES, M. T. N: *Estratégia de multiplicação de políticas públicas de inclusão: itinerários no contexto educacional brasileiro*. In: 35ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED - Educação, cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI, 2012, porto de galinhas. Educação, cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI, 2012. v. único.

SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes. *Políticas de inclusão escolar no Governo Lula - o Programa Educação inclusiva: direito à diversidade*. In:35ª Reunião Anual da ANPed - Educação, cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI, 2012, PORTO DE GALINHAS. EDUCAÇÃO, CULTURA, PESQUISA E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: O BRASIL DO SÉCULO XXI, 2012. v. ÚNICO.

SOUZA, F. Flávia . *A Escola como lugar de desenvolvimento de corpos/sujeitos com deficiência*. In: 34a Reunião Anual Anped, 2011, Natal. Anais da 34a Reunião Anual da Anped, 2011.

SOUZA, S. F; OLIVEIRA, M. A. M. *Políticas para a inclusão: ênfase na formação de docentes*. In: 32a Semana Anual da Anped, 2009, Caxambu - MG. Sociedade, cultura e educação: novas regulações? Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2009. p. 13-318.

SOUZA, S.Sandra; BIANCHETTI, Lucídio. *Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd*. In: Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 36 set./dez. 2007.